

N.F. Nº - 099883.0420/19-1

NOTIFICADO - JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

NOTIFICANTE - DÁRIO PIRES DOS SANTOS

ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO

PUBLICAÇÃO - INTERNET 03/09/2025

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0196-02/25NF-VD

**EMENTA:** ICMS. PRODUTOS ENQUADRADOS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO ICMS-ST. Operações interestaduais com peças, partes, componentes, acessórios, destinadas a atender índice de fidelidade de compra. Notificado apresentou contrato de fidelidade com o destinatário da mercadoria que tem autorização do Inspetor Fazendário do domicílio fiscal para aplicar MVA fidelidade. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 26.06.2019, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 9.308,12, mais multa de 60%, no valor de R\$ 5.584,87, perfazendo um total de R\$ 14.892,99, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - **55.28.01**: Proceder a retenção a menor do ICMS e o consequente recolhimento, no sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas para contribuinte localizado no Estado da Bahia (Protocolo 49/2008)

Enquadramento Legal: Art. 10 da Lei de nº 7.014/96 c/c cláusulas segunda e terceira do Protocolo ICMS 41/08. Multa prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

*“Em hora e data acima referido constatamos as seguintes irregularidades: Erro na aplicação da MVA das mercadorias auto peças e acessórios listadas no anexo único do Protocolo ICMS 41/08, produtos destinados a empresa Box Comércio de Veículos Ltda IE 137.432.433 – Salvador- Ba. O destinatário não tem contrato de fidelidade firmado junto a Inspetoria de sua circunscrição conforme art. 289 § 21, art. 332, III, g. 1, mercadorias constantes dos Danfes nº 167575, 167523, e Dacte nºs 002434710”.*

Anexo aos autos encontra-se cópias: do Termo de Fiel Depositário nº 1905980288; DANFES nº 000167575, 000167523; DACTE nº 2434710.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante manifestando impugnação, onde a peça de defesa, com anexo, consta apensada aos autos (fls. 39 a 104).

Inicia sua defesa fazendo uma descrição da infração onde a SEFAZ/BA entende que a empresa aplicou a MVA de maneira incorreta quando da emissão das DANFES relacionadas, considerando que deveria ter sido aplicado a MVA de 101,11% e não o de 59,88% efetivamente aplicado pela Jaguar Land Rover Brasil.

Ressalta que em operações vinculadas a contratos de índice de fidelidade de compras, nos termos da Lei Federal nº 6729, de 28 de novembro de 1979, os percentuais de MVA a serem aplicadas serão (original), 46,55 (ajustado a 12%), 54,88 (ajustado a 7%) e 59,88 (ajustado a 4%). Confirmando o entendimento da Impugnante quanto a correta aplicação da MVA, destaca o Anexo I, do RICMS da Bahia, que prevê em seu item 1.1 o índice de 59,88% nas saídas para índice e contrato de fidelidade, bem como o § 1º, Cláusula Segunda, do Protocolo ICMS 97/2010.

Diz que, dessa forma considerando que a Impugnante possui Contrato de Fidelidade em vigor, firmado com a empresa destinatária (Box comércio de Veículos Ltda) e, considerando, ainda, que

esta empresa em 13 de junho de 2019 protocolou o pedido de autorização para “MVA Fidelidade” e que obteve o deferimento em 15 de julho de 2019 através do Parecer nº 28415/2019 não há o que se falar em aplicação incorreta da MVA das mercadorias, vez que foi aplicada a MVA ajustada de 59,88%.

Portanto, pelas razões acima expostas, a Impugnante entende estar aplicando corretamente a MVA das mercadorias enviadas ao Estado da Bahia e, assim, vem requerer seja desconsiderado o débito exigido na notificação fiscal em epígrafe, sendo consequentemente extinto o crédito tributário em questão.

Não consta informação fiscal.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 9.308,12, decorrente do cometimento da Infração (55.28.01) por **proceder a retenção a menor do ICMS** e o consequente recolhimento, **no sujeito passivo por substituição**, relativo às operações subsequentes, nas vendas para contribuinte localizado no Estado da Bahia (Protocolo 41/2008)

*O enquadramento legal* utilizado baseou-se no art. 10 da Lei de nº 7.014/96 c/c cláusulas **segunda e terceira** do Protocolo ICMS 41/08. Multa prevista no art. 42, II, “a” da Lei nº 7.014/96, *mais a multa tipificada* no art. 42, inciso II, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Em sua defesa, o Impugnante solicita que seja desconsiderado o débito fiscal, por considerar que aplicou o percentual de MVA correta, por possuir contrato de fidelidade com o destinatário das mercadorias nos termos da Lei Federal nº 6729, de 28 de novembro de 1979, além disso, a empresa destinatária das mercadorias em 13 de junho de 2019 protocolou o pedido de autorização para “MVA Fidelidade” e obteve o deferimento em 15 de julho de 2019 através do Parecer nº 28415/2019.

Da análise dos documentos que compõem os autos, verifico **que as mercadorias objeto deste lançamento são peças, componentes e acessórios para veículos, oriundas do Estado de São Paulo**. As operações interestaduais com essas mercadorias, realizadas entre os Estados da Bahia e de São Paulo, são disciplinadas pelo Protocolo ICMS 41/08. A seguir, transcrevo o disposto na cláusula primeira e segunda desse citado Protocolo:

***Cláusula primeira:** “Nas operações interestaduais com peças, partes, componentes, acessórios e demais produtos listados no Anexo Único deste protocolo, realizadas entre contribuintes situados nas unidades federadas signatárias deste protocolo, fica atribuída ao remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativo às operações subsequentes”.*

*§ 1º O disposto neste protocolo **aplica-se às operações com peças, partes, componentes, acessórios e demais produtos listados no Anexo Único, de uso especificamente automotivo**, assim compreendidos os que, em qualquer etapa do ciclo econômico do setor automotivo, **sejam adquiridos** ou revendidos por estabelecimento de indústria **ou comércio de veículos automotores** terrestres, bem como de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas ou rodoviários, ou de suas peças, partes, componentes e acessórios, desde que a mercadoria objeto da operação interestadual esteja sujeita ao regime da substituição tributária nas operações internas no Estado de destino.*

***Cláusula segunda** A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço máximo de venda a varejo fixado por autoridade competente, ou na falta deste, o preço sugerido ao público pelo fabricante ou importador, acrescido, em ambos os casos, do valor do frete quando não incluído no preço.*

*§ 1º Inexistindo os valores de que trata o caput, a base de cálculo corresponderá ao montante formado pelo preço praticado pelo remetente, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA ajustada”), calculada segundo a fórmula “MVA ajustada = [(1+ MVA-ST original) x (1 - ALQ inter) / (1 - ALQ intra)] - 1”, onde:§.*

Nos anexos da defesa o Impugnante apresentou uma cópia do contrato de fidelidade com a empresa destinatária das mercadorias, Box Comércio de Veículo LTDA., e cópia do parecer nº 28415/2019, favorável pela autorização de MVA Fidelidade, para a referida empresa.

A legislação do Estado da Bahia, no seu artigo 289, § 21 do RICMS-BA-2012, a época dos fatos geradores, assim dispunha:

*"Art. 289. Ficam sujeitas ao regime de substituição tributária por antecipação, que encerre a fase de tributação, as mercadorias constantes no Anexo 1 deste regulamento.*

(...)

*§ 21. De acordo com os Protocolos ICMS 41/08 e 97/10, nas saídas interestaduais de peças, partes, componentes, acessórios e demais produtos listados no Anexo Único dos referidos protocolos, realizadas de estabelecimento de fabricante de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas ou rodoviários, cuja distribuição seja efetuada de forma exclusiva, mediante contrato de fidelidade, com destino a estabelecimento localizado na Bahia, deverá ser adotada a MVA-ST original na definição da base de cálculo da antecipação tributária quando o destinatário estiver autorizado pelo titular da inspetoria fazendária de seu domicílio fiscal." Grifo nosso.*

Assim sendo, da leitura dos citados dispositivos, **verifica-se que há um requisito a ser observado** para fruição do benefício previsto na cláusula 2ª, § 2º, inciso I, alínea "a" do Protocolo ICMS 41/2008. **O requisito é que o destinatário das mercadorias esteja autorizado pelo titular da Inspeção Fiscal de seu domicílio fiscal.**

Nos anexos da defesa o Impugnante apresentou uma cópia do contrato de fidelidade com a empresa destinatária das mercadorias, Box Comércio de Veículo LTDA., e cópia do parecer nº 28415/2019 emitido pela SEFAZ/BA, favorável pela autorização de MVA Fidelidade, para a referida empresa destinatária.

Em consulta ao INC- Informações do Contribuinte/Processos Tributário da empresa destinatária da mercadoria, encontro o processo 23633420198, cadastrado em 12/06/2019 com o Parecer 28415/2019 com a situação de deferido para autorização de MVA Fidelidade.

Deste modo, entendo que todos os requisitos foram cumpridos pelas empresas, remetente e destinatária, para que fosse aplicada a MVA ajustada 59,88% na comercialização de autopeças, não cabendo a cobrança da MVA original.

Pelo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar, em instância ÚNICA, **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal **099883.0420/19-1**, lavrada contra **JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 22 de agosto de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA